

O DESENCANTAMENTO DA POLÍTICA EM MAX WEBER THE DISENCHANTMENT OF POLITICS IN MAX WEBER

Marcus Corrêa **RODRIGUES**
Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, Brasil
marcuslcr@yahoo.com.br
<https://orcid.org/0000-0002-8494-0264> 

Reginaldo Teixeira **PEREZ**,
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria/RS, Brasil
Rtpp10@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-5131-6433> 

Mais informações da obra no final do artigo 

RESUMO

O artigo aborda a natureza do poder (*Macht*) em Max Weber. Para tanto, realizamos um duplo exercício: primeiro, revisitar a sociologia da dominação weberiana; segundo, verificar como tais categorias se articulam na obra weberiana por meio da análise de alguns dos seus trabalhos representativos de conjuntura sobre o desenvolvimento político da Alemanha bismarckiana. Tomando os tipos ideais clássicos de dominação como elementos heurísticos de sua Sociologia Política, o objetivo é evidenciar como essa tipologia é empregada nos seus trabalhos político-conjunturais. Para enfrentarmos os objetivos em pauta, recorreremos a uma revisão bibliográfica dos textos do Weber e de comentadores de escol dentro da literatura. As conclusões mostram que aparentes contradições no modelo explicativo do autor decorrem do excessivo rigor em ponderar suas posições até as últimas consequências, muitas vezes, incorrendo em paradoxos irreconciliáveis. **PALAVRAS-CHAVE:** Max Weber. Política. Tipos de Dominação. Democracia. Burocracia.

ABSTRACT

This paper addresses the nature of the power (*Macht*) according to Max Weber. Therefore, we carried out a two-fold study: first, a literature review of Weber's sociology of domination; second, a verification of how these categories are articulated in Weberian theory through the analysis of some of his representative work on the political development of Bismarckian Germany. Taking the classic ideal types of domination as heuristic elements of his Political Sociology, the objective is to show how this typology is used in his political conjuncture work. In order to undertake the proposed objectives, we will resort to a bibliographic review of texts by Weber and renowned commentators within the literature. The conclusions show that apparent contradictions in the author's explanatory model are due to the excessive rigor in weighing his positions to the last consequences, often incurring in irreconcilable paradoxes.

KEYWORDS: Max Weber. Politics. Types of Domination. Democracy. Bureaucracy.

1 INTRODUÇÃO

O propósito deste artigo é realizar uma interpretação analítica da sociologia política weberiana sob a lente conceitual dos tipos ideais de dominação, com o objetivo de compreender como tais tipologias se incorporam aos seus escritos empíricos, notadamente os de viés político-conjunturais. De modo específico, ater-nos-emos a um tema caro a Weber, qual seja: o problema da emergência de lideranças no contexto da morfose do regime alemão rumo a uma institucionalidade de corte liberal-democrático.

Max Weber (1864-1920) é considerado um dos mais importantes pensadores políticos e sociais da era moderna (ARON, 1987). Seu trabalho é um produto tanto da cultura alemã quanto da cultura ocidental, e sua biografia ocupa uma posição central para a análise do seu pensamento político. Em especial, duas características dizem bastante a respeito de suas orientações políticas: ele era oriundo de uma família burguesa – e reconhecia como tal¹ –; e tinha uma grande afinidade com o pensamento liberal, sendo que a primeira postura política com a qual ele se identificou, por herança do seu pai, foi o liberalismo nacional. Esse *background* teve grande influência no pensamento político de Weber, que estava completamente comprometido com a causa alemã, vendo nesses dois elementos fatores essenciais para o desenvolvimento daquele Estado. Porém, suas expectativas quanto ao progresso de uma classe burguesa e de um pensamento liberal na Alemanha foram totalmente frustradas, vale dizer que ele era “[...] oriundo de uma burguesia que *não* realizou sua revolução burguesa, de um liberalismo *iliberal* [...]” (TRAGTENBERG, 1992, p. XIII, grifos do autor).

Distanciando-se dos ideais apresentados pelo Iluminismo e pelo Positivismo, que exerciam profunda influência àquela época, Weber se volta para a *Realpolitik*, com um prognóstico pessimista acerca do progresso. Assim, diferentemente de autores idealistas que viam na política e no Estado um dever moral, Weber enfatizou uma definição de Estado sociologicamente condicionada. Exemplo cabal disso é o seu conceito de Estado: “[...] uma comunidade humana que pretende, com êxito, o *monopólio do uso legítimo da força física* dentro de um determinado território” (WEBER, 1982a, p. 98, grifos do autor).

¹ Diz o próprio Weber: “Sou membro da classe burguesa, sinto-me como tal e fui educado nas suas concepções e nos seus ideais” (WEBER, 1982, p.74).

Por tudo isso, Weber é considerado um pensador político realista, da estirpe de Maquiavel². Com efeito, o pragmatismo o acompanha em todas as fases do seu trabalho, tendo em vista que, para ele, a política é permeada por relações de poder, cuja finalidade consiste na busca por resultados³. De acordo com Bobbio, os traços característicos dessa concepção realista da política aparecem na obra de Weber da seguinte forma:

a) a esfera da política é a esfera onde se desenvolvem as relações de potência (*Macht*) e de poder (*Herrschaft*), relações que são marcadas pela luta incessante entre indivíduos, grupos, classes, raças, nações, cujo objetivo é sempre o poder na dúplice forma de poder de fato e poder legítimo; b) a luta é incessante porque não há para ela nenhuma catarse definitiva na história; c) as regras do agir político não são e não podem ser as regras da moral, daí que a ação do político não pode ser julgada moralmente, com base em princípios preestabelecidos, mas apenas com base no resultado; a distinção maquiavélica entre moral universal e moral política se reproduz na distinção entre ética da intenção e ética da responsabilidade, como distinção entre o agir segundo os princípios, independentemente das consequências, ou com base nas consequências, independentemente dos princípios. Além disso, apenas um comportamento realista diante da política permite submetê-la a uma reflexão objetiva, distanciada, 'desencantada' -, em uma palavra, científica -, de 'correr atrás' da 'verdade efetiva da coisa', e não da imaginação sobre ela'. (BOBBIO, 2000, p.132).

Weber reconhece que, em qualquer meio social, nas relações entre grupos, existem lutas de poder, resultando numa relação entre dominadores e dominados. Nesses termos, a questão que se impõe para Weber é aquela que atine aos fundamentos que sustentam esse tipo de relação.

A luta a que Weber se refere não diz respeito a uma configuração de uma consciência que transcende os homens empíricos, mas sim a uma orientação básica nas condutas reciprocamente referidas de agentes sociais. Refere-se estritamente a conteúdos subjetivos da ação de cada qual e não tem qualquer desenvolvimento fora de suas ações efetivas (COHN, 1982, p.121).

O componente *luta* é uma dimensão sempre presente nas relações sociais e encontra ressonância em um tema clássico da sociologia weberiana, o da dominação. Assim, as bases do realismo político de Weber adquirem sentido pleno quando ele se

² Lembremos da sua famosa definição de política: "Daí 'política', para nós, significar a participação no poder ou a luta para influir na distribuição de poder, seja entre Estados ou entre grupos dentro de um Estado" (WEBER, 1982a, p. 98).

³ Conflito e luta são inerentes à política conforme Weber: "O meio decisivo para a política é a violência. [...] e quem se dedica à política, ou seja, ao poder e força como um meio, faz um contrato com as potências diabólicas" (WEBER, 1982a, p.145-46).

debruça sobre as estruturas de dominação e os seus princípios de legitimação: com efeito, a ordem – melhor dizendo, a sua impossibilidade – constitui o *core* do pensar desse intelectual, cuja fisionomia está cercada de sombras. Feita esta breve introdução, o artigo continua da seguinte forma: na sequência (Item 2), apresentar-se-ão os tipos clássicos de dominação weberianos; logo a seguir (Item 3), far-se-á uma descrição analítica da estrutura política da Alemanha daquele período; na continuação (Item 4), serão discutidas as tipologias desenvolvidas pelo autor alemão com base em sua obra, *Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída*; e, por fim, teceremos as considerações finais.

2 A SOCIOLOGIA DA DOMINAÇÃO LEGÍTIMA

Para Weber, as relações sociais são lastreadas por disputas de poder. O ponto de partida para a análise do poder é o conceito de dominação. Weber define dominação como: “[...] a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo, entre determinadas pessoas indicáveis” (WEBER, 1994, p. 33).

Logo, ela pode assentar-se em variados motivos de submissão, que vão desde a crença a um estatuto normativo, ao costume cotidiano, a fatores racionais com relação a um fim ou valores, ou por motivos puramente afetivos, da crença do súdito nas qualidades individuais do líder. No entanto, nenhum desses motivos por si só poderia “[...] constituir fundamentos confiáveis de uma dominação” (WEBER, 1994, p. 139), sendo que qualquer relação entre dominadores e dominados que se firmasse exclusivamente nessas bases seria relativamente instável. A isso, acrescenta-se, então, outro elemento, a crença na legitimidade. Portanto, é necessário que os dominados reconheçam a autoridade dos dominadores como legítima.

A ‘legitimidade’ de uma dominação deve naturalmente ser considerada apenas uma *probabilidade* de, em grau relevante, ser reconhecida e praticamente tratada como tal. [...] O decisivo é que a própria *pretensão* de legitimidade, por sua *natureza* seja ‘válida’ em grau relevante, consolide sua existência e determine, entre outros fatores, a natureza dos meios escolhidos (WEBER, 1994, p. 140, grifos do autor).

No centro da análise de Weber, encontram-se as relações sociais destinadas a perdurarem no tempo, sobre os motivos que asseguram a permanência das relações de poder, tornando-as contínuas e duradouras.



A luta pelo estabelecimento de uma forma de *dominação legítima* – isto é, de definições de conteúdos considerados válidos pelos participantes das relações sociais – marca a evolução de cada uma das esferas da vida social em particular e define o conteúdo das relações sociais no seu interior. As atitudes subjetivas de cada indivíduo passam a orientar-se pela crença numa *ordem legítima*, a qual acaba por corresponder ao interesse e vontade do dominante. Desse ponto de vista, o que mantém a coesão social, o que garante a permanência das relações sociais e a existência da própria sociedade é a dominação (BARBOSA; QUINTERO, 2003, p. 130-31, grifos dos autores).

Na sua sociologia da dominação, Weber verificou a ocorrência de distintas fontes de legitimidade na vigência das relações de dominação. Weber enumera três tipos puros de dominação legítima - embora reconhecendo que, empiricamente, dificilmente existam, em sua forma pura, dado que o tipo ideal é uma hipérbole da realidade -, em que o fundamento da legitimidade pode ser:

1. de caráter *racional*: baseada na crença na legitimidade das ordens estatuídas e do direito de mando daqueles que, em virtude dessas ordens, estão nomeados para exercer a dominação (dominação legal), ou;
2. de caráter *tradicional*: baseada na crença cotidiana na santidade das tradições vigentes desde sempre e na legitimidade daqueles que, em virtude dessas tradições, representam a autoridade (dominação tradicional); ou por fim,
3. de caráter *carismático*: baseada na veneração extracotidiana da santidade, do poder heroico ou do caráter exemplar de uma pessoa e das ordens por esta reveladas ou criadas (dominação carismática) (WEBER, 1994, p.141).

A de caráter racional é aquela cujas leis, racionalmente criadas pelos homens, servem como norte para o desenvolvimento da ação, a ordem impessoal que é obedecida, e sua forma mais pura encontra-se nas instituições burocráticas. A dominação tradicional consiste na observância habitual do costume, a crença na “autoridade do ontem eterno”, e é exercida pelo patriarca ou pelo príncipe, que tem sua autoridade justificada pela tradição. E, por fim, a autoridade carismática que tem, na figura do líder, as qualidades inerentes, extra cotidianas que justificam a devoção dos súditos a sua personalidade; e, neste caso, a obediência se dá a partir de uma relação afetiva e pessoal. No entanto, Weber vê esse tipo de dominação como instável no que diz respeito à perpetuidade do poder, pois, afora as qualidades inerentes do líder, não há nada que assegure a obediência dos súditos. Em suma, a legitimidade do poder racional ou legal advém da crença na competência, já o poder tradicional retira sua legitimidade do privilégio, enquanto o poder carismático é caracterizado pela devoção aos atributos pessoais do líder.



Ressalvadas as diferenças, a dominação burocrática e a tradicional possuem uma peculiaridade comum importantíssima, a permanência. Portanto, ambas são estruturas de rotina diária. Assim, existe uma oposição entre a dominação carismática frente à burocrática e à tradicional, no sentido de que estas possuem um caráter ordinário, ou seja, sua dominação se dá a partir de uma relação cotidiana, rotineira, enquanto a dominação carismática é de caráter extra cotidiano. A dominação burocrática é especificamente racional, pois está atrelada a regras preestabelecidas, enquanto a dominação carismática é especificamente irracional, pois não se vincula a regras. A dominação tradicional está vinculada ao passado, e é deste que advêm suas regras; a carismática não reconhece o passado, e, nesse sentido, é revolucionária (WEBER, 1994).

O domínio carismático autêntico não conhece, portanto, os códigos jurídicos abstratos e os estatutos e nenhum modo 'formal' de adjudicação. Sua lei 'objetiva' emana concretamente da experiência altamente pessoal da graça celestial e da força divina do herói. A dominação carismática significa uma rejeição de todos os laços com qualquer ordem externa, em favor da glorificação exclusiva da mentalidade genuína do profeta e herói. Daí sua atitude ser revolucionária e transpor todos os valores; faz que um soberano rompa todas as normas tradicionais ou racionais: 'Está escrito, mas eu vos digo' (WEBER, 1982b, p.288).

Weber observa que, principalmente, os momentos de convulsões sociais, políticas e/ou econômicas tendem a ser propícios para o surgimento de líderes "naturais". Esses, por sua vez, não são ocupantes de cargos de rotina ou especialistas remunerados, mas sim, indivíduos com dons "sobrenaturais", que transcendem às atividades cotidianas. E é nisso que reside o carisma, um predicado "extra cotidiano", cuja relação social se apresenta de forma substantiva pessoal, ressaltando as qualidades específicas individuais inacessíveis a todos. Nas palavras do autor: "O carisma só conhece a determinação interna e a contenção interna" (WEBER, 1982b, p.285). Dessa forma, o que assegura a legitimidade do poder carismático é a força pessoal, inacessível a todos, e, que amiúde, é posta em provação. Nesse contexto, o portador do carisma está constantemente tendo que provar seu "dom" ou "heroísmo". Caso não consiga, logo é abandonado pelos seus súditos. Isso confere um caráter instável ao carisma, podendo dizer que, em sua forma "pura", este é um tipo ideal.

Uma situação autenticamente carismática é direta e interpessoal. No contraste entre a vida cotidiana das instituições e a natureza personalizada e espontânea da liderança carismática, podemos discernir facilmente o legado do liberalismo que sempre enfrentou dicotomias semelhantes: massa



versus personalidade, a ‘rotina’ *versus* empresário criador, as convenções das pessoas comuns *versus* a liberdade interior do pioneiro e do homem excepcional, as regras institucionais *versus* o indivíduo espontâneo, a monotonia e o tédio da existência ordinária *versus* o voo imaginativo do gênio (GERTH; MILLS, 1982, p. 70-71).

Quando a relação assumida pela dominação carismática se mostra de forma não efêmera, adquirindo um caráter de “relação permanente”, torna-se necessário que ela modifique substancialmente seu caráter, ocorrendo o processo que Weber chama de “rotinização do carisma”. Tal transubstanciação do carisma requer uma mudança no fundamento da sua legitimidade, de modo a “tradicionalizar-se”, ou “racionalizar-se” (“institucionalizar-se”). Frequentemente, estão envolvidos, nesse processo, interesses materiais, ideais, ou mesmo ambos na reanimação do sistema, tais como a necessidade que as classes privilegiadas têm em assegurar sua posição social, fazendo com que suas ordens sociais, políticas e econômicas convirjam com seus interesses e sejam aceitas como legítimas. Para isso, as relações de poder operam como um corolário, tomando a forma de um cosmo de direito objetivo. “Esses interesses constituem o motivo mais forte para a conservação dos elementos de natureza objetificada dentro da estrutura do domínio. O carisma autêntico opõe-se de forma absoluta a essa forma objetivada” (WEBER, 1982c, p.302).

Outro motivo que estimula esse processo é a necessidade de que o quadro administrativo tem de dar continuidade na relação de dominação. Para tanto, faz-se necessária a transição de uma ordem administrativa carismática para uma de fundamento cotidiano duradouro. Isso se torna ainda mais evidente com o desaparecimento do portador do carisma, quando surge a questão da sucessão (WEBER, 1991). Weber (1994) apresenta algumas soluções para determinada questão. Dessas, salientam-se a designação do sucessor pelo antigo portador do carisma e a transferência do carisma de forma hereditária, ou seja, designação segundo a descendência. De acordo com Gerth e Mills: “O elemento ‘filosófico’ na construção da história por Weber é esse equilíbrio antinômico dos movimentos carismáticos (líderes e ideias) com a rotinização racional (instituições duradouras e interesses materiais)” (GERTH; MILLS, 1982, p. 73). O carisma é expressamente estranho à economia cotidiana – racional ou tradicional – “[...] sempre rejeita como indigno qualquer lucro pecuniário que seja metódico e racional” (WEBER, 1982b, p. 286). Para a rotinização do carisma, é imperioso o fim da postura indiligente em relação à economia. Dessa maneira, é essencial sua adaptação a processos fiscais contínuos, tendo em vista uma renda regular para a provisão de suas necessidades.

Traçando um paralelo entre o contexto alemão e a questão metodológica, Giddens nos diz que a análise política de Weber era, antes de tudo, uma análise sobre a estrutura política da Alemanha a partir da inter-relação de três elementos fundamentais: “a posição tradicionalmente estabelecida dos proprietários de terra ‘feudais’ *Junker*; a tendência à ‘dominação burocrática incontrolada’ pelo funcionalismo de Estado e a carência de liderança política que se vinculava a cada um desses fatores” (GIDDENS, 1998, p. 49).

Esses elementos, servindo como fundamentos históricos empíricos, traduzem o cerne da teoria política de Weber, nos quais se pode observar que a relação entre os tipos de dominação e a conjuntura alemã demonstram uma correlação exemplar. Também, observa-se que a orientação política de Weber - ao menos no que diz respeito às estruturas edificantes do mundo moderno - assume uma postura paradoxal, no sentido de que a burocracia é a personificação da racionalidade, estruturante de uma consciência disciplinada, servindo como um meio de instituir uma rotina diária, metódica, fundamental para uma produção material e cultural de massa. No entanto, ele reconhece que a história não é um processo contínuo homogêneo, sendo formada por uma série de fatores contingentes, o que abre uma brecha para a transcendência da rotina ordinária. Nesse ponto, o carisma representa a antítese da ordem cotidiana rotinizada, agindo como um componente revolucionário, dando uma esperança ao homem moderno, para que este não seja subjugado à “gaiola de ferro” da máquina burocrática. Em certa medida, todos esses elementos estão mais ou menos presentes ao longo das análises de conjuntura política de Weber, conforme veremos na sequência.

3 O CONTEXTO POLÍTICO ALEMÃO

É impossível apresentar um autor como Weber deslocado do contexto no qual ele vivia, sobretudo, sem fazer referência à situação alemã daquele período. A Alemanha de seu tempo era uma nação bem peculiar, atrasada em relação à França e à Inglaterra, principalmente no que diz respeito à unificação política.

Uma nação cuja visão política se lançava para o Leste, e a cultural para o Oeste, como aponta o autor da caracterização da Alemanha como ‘nação retardatária’ e que, citando Nietzsche, vê os alemães como sendo de anteontem e de depois de amanhã, ‘mas não de hoje’ (COHN, 1979, p. 8).

A região da Prússia, localizada ao Leste, exerceu grande influência na história da Alemanha. Reduto dos *Junkers*, os proprietários de terra, serviu de base para o poder de



Bismark, ele próprio um *Junker*, levar a cabo a unificação política da Alemanha em 1871, quando a Prússia venceu a Guerra Franco-Prussiana. “A Alemanha era um ‘poder de Estado’ que tinha forjado sua unidade em luta com outras nações europeias” (GIDDENS, 1998, p. 63). No entanto, os *Junkers*, como uma classe agrária, não seriam capazes de realizar as transformações necessárias para a industrialização do país. É em tal panorama que se insere o pensamento político de Weber, tendo, como questão específica, a constituição da Alemanha como um Estado nacional, bem como frisa um comentador: “[...] muito de sua reflexão política, está sob o signo da *nação*” (COHN, 1979, p. 8, grifo do autor).

Em 1895, essa preocupação torna-se manifesta numa conferência proferida, enquanto ele era professor na Universidade de Freiburg, exposta no célebre texto sobre “o Estado Nacional e a política econômica”. Nesse texto, Weber (1982) aborda a questão referente ao fluxo de trabalhadores poloneses no Leste da Prússia, tendo como pano de fundo a análise do papel da liderança. Uma expansão industrial, na parte ocidental da Alemanha, motivou a emigração de trabalhadores do Leste para esta região, ocasionando um fluxo de trabalhadores poloneses no Leste da Prússia, que “[...] ameaçavam a hegemonia da cultura alemã nas mesmas áreas em que ela tinha sido mais forte. Assim, esse fluxo de poloneses tinha que ser detido e as fronteiras do leste da Alemanha tinham que ser fortalecidas” (GIDDENS, 1998, p. 27). Weber (1982) apresenta duas exigências para a resolução dessa situação: a primeira propõe o fechamento da fronteira oriental; a outra, a compra sistemática de terras por parte do Estado. Isso ocasionaria o aumento da propriedade sob o domínio Alemão, e, também, a colonização de agricultores alemães em terras próprias. Para isso, Weber defende uma política de Estado nacional, tendo como prerrogativa a busca de uma integridade cultural, sobretudo, com a germanidade do leste. “Assim, a política econômica de um Estado alemão, assim como o critério de valor do teórico econômico alemão, somente podem ser alemães” (Weber, 1982, p. 68).

Aqui, aparece um ponto fundamental de sua sociologia, concernente aos “juízos de valor”. Weber nos diz que a Economia Política, entendida como uma ciência explicativa e analítica, “deve abster-se de qualquer juízo de valor na sua análise”, não obstante ele identifique o desenvolvimento econômico como um campo de “lutas de poder”. Sendo assim, Weber sustenta que os processos econômicos:

São interesses de *poder* nacional sempre que postos em questão, e são interesses últimos e decisivos que a política econômica de uma nação deve servir. A ciência da política econômica nacional é uma ciência *política*. Ela é uma serva da política, não da política momentânea dos grupos e classes



dominantes no momento, mas dos perenes interesses de poder nacional. E o *Estado nacional* não representa para nós algo indefinido, que se imagina estar elevando tanto mais alto quando mais a sua essência fica recoberta por névoas místicas, mas a organização mundana do poder nacional. E nesse Estado nacional o critério de valor definitivo que vale também para o ponto de vista da política econômica é para nós a '*razão de Estado*'. [...]. O que queremos exprimir, ao falarmos de razão de Estado, é a reivindicação de que o interesse de poder econômico e político da nossa nação e do seu portador, o Estado nacional alemão, seja a instância final e decisiva para as questões da política econômica alemã. E isso refere-se também a questões como a de se o Estado deve, e em que medida interferir na vida econômica ou então se, e quando, deve liberar as forças econômicas nacionais para a sua livre expansão e derrubar suas peias (WEBER, 1982, p. 69, grifos do autor).

Nessa passagem, percebe-se que Weber preza efusivamente a favor do poder do Estado, defendendo uma política alemã imperialista, de forma que “O fortalecimento do Estado-Nação teria que ter primazia sobre todos os outros objetivos. Os interesses do Estado-Nação alemão representariam o critério último de acordo com o qual as ações políticas seriam julgadas” (GIDDENS 1998, p. 41). Com efeito, segundo Cohn: “[...] é Weber o analista por excelência do conflito, do confronto de interesses e valores inconciliáveis, da dominação e do poder” (COHN, 1982, p. 18). Ele ainda esclarece que, no texto acima referido:

[...] a luta pela existência que ocorre no confronto entre alemães e poloneses, nas fronteiras da Prússia, é analisada contra o pano de fundo da luta pela direção da sociedade alemã como um todo, da qual a organização do Estado e a política econômica são expressões. É da discussão disso que Weber extrai a sua tese central, de que ‘o poder econômico e a vocação para a direção política nacional nem sempre coincidem’, com base na qual condena o domínio político dos estamentos agrários, ao mesmo tempo que aponta a falta de ‘maturidade’ da burguesia alemã – e dos trabalhadores – para substituí-los (COHN, 1982, p.18).

Cohn toca em um ponto chave da análise política de Weber: a falta de uma classe capaz de conduzir os rumos do Estado alemão numa política efetiva de grande envergadura. O exame de Weber sobre a conjuntura política alemã revela que sua unificação política ocorreu principalmente pela ação dos *Junkers*, uma classe eminentemente agrária, mas o futuro do país, como um Estado potência, dependia da sua industrialização. Assim, era imprescindível a substituição dos *Junkers* por uma nova liderança política. No entanto, Weber reconhece que, naquele momento, nem a burguesia, nem a incipiente classe trabalhadora estavam aptas para assumir tal encargo, pois, “[...] na Alemanha, ainda não teria emergido uma consciência política burguesa e o país ainda era



dominado por uma elite agrária tradicional” (GIDDENS 1998, p. 29). Sobre essa questão, Elias assevera:

Na Alemanha [...] pode-se observar um tipo de conservantismo burguês que é determinado em grau muito alto pelos valores das elites de poder dinásticas-agríarias-militares pré-industriais. Esses valores incluem um menosprezo muito forte por tudo o que é referido como o ‘mundo do comércio’ (isto é, comércio e indústria) e um valor inequivocamente mais alto atribuído ao Estado, ao ‘todo social’, em contraste com o ‘indivíduo’. Em todos os casos em que esses valores desempenham um papel importante no conservantismo das classes industriais, eles compreensivelmente contêm uma visível tendência antiliberal. [...]. Nos países em que membros da elite agrária pré-industrial, mantiveram-se menos rigorosamente distanciados, na sua vida prática e em seus valores, das operações comerciais e de todos os que ganham a vida com essas operações, e onde o poder dos príncipes e dos círculos de corte como centro do Estado se viu limitado, como na Inglaterra, ou existente, como na América, os grupos burgueses, em sua ascensão gradual para se tornarem a classe dominante, criaram um tipo de conservantismo que – visivelmente - foi altamente compatível com os ideais de não-intervenção do Estado, de liberdade do indivíduo, e, por conseguinte, com valores especificamente liberais (ELIAS, 1994, p. 270).

De forma semelhante à de Elias, Giddens afirma que o desenvolvimento político alemão, na visão de Weber, revela que a industrialização alemã não ocorreu de acordo com a forma “clássica”, como na Inglaterra, em que a Revolução Industrial tinha criado uma ordem social “de compromissos”, tal como Marx já havia observado que “[...] os proprietários de terras ‘governavam oficialmente’, enquanto a burguesia ‘de fato *dominava* as diferentes esferas da sociedade civil” (GIDDENS, 1998, p. 31, apud MARX e ENGELS, 1953, p. 95).

[...] na Alemanha, a transição para o industrialismo capitalista ocorreu apenas em fins do século XIX; ela se deu sem a ocorrência de uma revolução burguesa ‘bem sucedida’ e na articulação de um processo de centralização política assegurada pelo imperialismo militar prussiano (GIDDENS 1998, p. 41).

Assim, uma confluência de fatores justifica determinada conjuntura, dentre os quais se evidencia a ocorrência de um poder centrado na liderança de Bismarck, responsável pela unificação da Alemanha, que, mediante uma política expansionista e com um caráter “cesarista”, enfraqueceu outros setores políticos como os liberais e a classe trabalhadora, representada pelos social-democratas, afastando-os da estrutura política alemã. Por esse motivo, acabou por legar à Alemanha uma carência de liderança política (GIDDENS, 1998).



“A crítica básica de Weber a Bismarck era a sua intolerância para com líderes políticos independentes, o fato de ter se cercado de burocratas dóceis e obedientes” (GERTH; MILLS, 1982, p. 48).

Concomitante a isso, a “aristocracia” *Junker* monopolizava a esfera política alemã, e Weber a via como uma classe em decadência, incapaz de executar com sucesso os interesses do Estado alemão, porém, nem a burguesia, nem o proletariado tinham criado lideranças políticas capazes (GIDDENS 1998). “Weber depositava pouquíssima fé no povo e menos ainda em suas classes dominantes, aristocráticas ou burguesas, burocráticas ou revolucionárias” (BERMAN, 1986, p. 30). Assim, continua Giddens (1998), para Weber era imprescindível o surgimento de uma consciência burguesa, sendo um dos motivos subjacentes, a *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, o de identificar as origens históricas de tal consciência. Então, em meados de 1895, Weber via, como questão fundamental para o futuro do Estado alemão, o desenvolvimento de uma “burguesia economicamente próspera”, capaz de desenvolver uma consciência política apta para liderar a nação.

Em consequência disso, muitos de seus escritos subsequentes consistem em “[...] estimular a emergência dessa consciência política liberal na Alemanha” (GIDDENS, 1998, p. 32). Partindo dessas concepções, Weber vai identificar-se com uma perspectiva democrática, embora um tanto peculiar. A democracia para Weber não era entendida como um “valor intrínseco”, justificada por motivos “éticos”, “direito natural” ou “igualdade entre os homens”, mas sim, enquanto seu sentido pragmático, como propósito para o alcance e a legitimação de lideranças políticas competentes (GERTH; MILLS, 1982). Weber sustenta que, no Estado moderno, a liderança era uma prerrogativa de poucos, e que qualquer ideia de que a democracia acabaria com a dominação do homem pelo homem seria utópica (GIDDENS, 1998). Portanto, Weber enxergava, na democracia, um sistema procedimental para a escolha de lideranças pelas massas, no entanto, excluindo as mesmas da tomada de decisões. Para demonstrar essa proposição, recorre-se a um trecho da conversa que Weber teve com o general Ludendorff, após a Primeira Guerra Mundial, reproduzido por Gerth e Mills (1982, p. 58):

- Ludendorff: O que entende, por democracia?

- Weber: Numa democracia o povo escolhe um líder no qual confia. O escolhido diz então: “Agora, calem-se e obedeçam-me”. Povo e partido deixam de ter liberdade de interferir em sua atuação.



Nesses termos, a concepção weberiana de democracia é pragmática, consiste em um sistema de seleção cesarista plebiscitária pelo poder político, em que a participação popular se restringe ao exercício do sufrágio em pleitos eleitorais, sem qualquer chance de participação nas arenas formais de poder⁴. Ou seja, a democracia funciona como um método de seleção de lideranças, cuja participação popular é um elemento secundário⁵. No tópico seguinte, examinaremos esse tema na obra “Parlamentarismo e Governo numa Alemanha Reconstruída”.

4 A DEMOCRACIA COMO MEIO IDEAL PARA A EMERGÊNCIA DE LIDERANÇAS NUMA ALEMANHA RECONSTRUÍDA

O célebre texto de Max Weber, intitulado “Parlamentarismo e Governo numa Alemanha Reconstruída”, foi publicado em um momento crítico da história alemã, de mudança de sistema de governo. A derrota alemã, na Primeira Guerra Mundial, marca o fim do *II Reich* e a transição de uma monarquia com o cerne absolutista para um regime republicano parlamentarista, como ficou conhecida a República de *Weimar* (1918-1933). Nesse contexto histórico, a preocupação central de Weber era saber qual grupo social, dentro dessa Alemanha, seria capaz de conduzir os rumos do Estado alemão numa política de grande envergadura. Resignado, parece aceitar que, diante dos tremendos desafios colocados à nação, nenhuma classe era capaz de assumir tal papel dirigente.

Weber (1974) considera que essa carência de lideranças decorre da herança do imperialismo militarista prussiano legada por Bismarck – o condutor do processo de unificação alemão consumado em 1871. Segundo Weber, a concentração de poder nas mãos do Chanceler, que governava a Alemanha de forma autoritária e “cesarista”, fortaleceu o Executivo em detrimento do enfraquecimento do Parlamento alemão. A postura nefasta de Bismarck para com a Casa Legislativa reprimiu a emergência de lideranças políticas com vocação, subordinando a política alemã aos interesses dos *junkers*, a aristocracia agrária decadente, amparados por uma burocracia estatal tecnicamente eficiente, mas politicamente inerte.

⁴ Esse argumento é endossado nas palavras do próprio Weber: “a participação da plebe é limitada à colaboração e votação durante as eleições, que ocorrem a intervalos relativamente longos, e à discussão de resoluções cujos efeitos são sempre controlados em grande escala pelos líderes” (WEBER, 1974, p. 74).

⁵ Por outro lado, Weber é cético com relação à democracia direta, como observa Held: “Weber dava valor ao fato de que o objetivo da democracia direta era a redução da dominação ao mais baixo nível possível, mas, em uma sociedade heterogênea, a democracia direta levaria a uma administração ineficaz e a uma ineficiência indesejada, a instabilidade política e, em última instância, a um aumento radical na possibilidade [...] do governo opressivo de minorias” (HELD, 1987, p. 136).

A política nacional de Bismarck em relação aos partidos políticos prejudicou a consolidação de qualquer partido forte e independente. Para isso, lançou mão de um orçamento militar e de uma legislação antissocialista, a qual utilizou, também, contra os sindicatos. Nem a burguesia, acomodada a um sistema de privilégios, era vista por Weber como uma alternativa liberal ao conservadorismo *junker*. Exercendo um domínio autocrático, Bismarck deixou uma nação sem qualquer vontade política própria, que, acostumada a obedecer aos seus ditames, não logrou ser representada por um Parlamento politicamente ativo (WEBER, 1974).

Essa situação possibilitou o predomínio da burocracia na condução dos negócios do Estado. Weber entende o processo de burocratização como um fenômeno inelutável no desenvolvimento das sociedades modernas. Nessas, a organização burocrática atingiu seu mais alto grau de racionalidade, orientando tanto a administração pública como a privada, o exército e qualquer outra organização que siga por essa lógica. Mesmo dentro dos partidos, se acentua essa tendência burocratizante. A crescente racionalização da luta política – leia-se: busca pela eficiência na disputa eleitoral – faz com que o poder dos partidos repouse, fundamentalmente, na eficiência organizacional de suas burocracias. Weber (1994) previa que o futuro se caracterizaria pela burocratização, pois possui uma natureza à “prova de fuga”; e a “máquina partidária” seria administrada por funcionários com formação especializada e treinamento racionais. Weber apreciava a superioridade técnica, a impessoalidade e a previsibilidade da burocracia, mas, ao mesmo tempo, tinha um receio de que a ampliação da sua influência viesse a monopolizar as esferas decisórias.

Num Estado moderno necessária e inevitavelmente a burocracia realmente governa, pois o poder não é exercido por discursos parlamentares nem por proclamações monárquicas, mas através da rotina da administração. Isto é exato tanto com referência ao funcionalismo militar quanto ao civil (WEBER, 1974, p. 22).

Diante do inevitável avanço da burocracia, questionava o intelectual alemão, sobre como preservar a liberdade individual, como conter e controlar a influência da burocracia e como superar suas limitações políticas e governamentais. Weber se debruçou principalmente sobre as limitações políticas da burocracia e sua relação com a política partidária e parlamentar. Segundo ele, a aptidão política do burocrata é distinta da do político profissional: enquanto o funcionário é movido pelo “senso de responsabilidade”, que coloca seu dever acima de suas convicções pessoais, o político é “forçado a fazer

concessões, isto é, sacrificar o menos importante ao mais importante”. Para Weber, o que estaria ocorrendo na Alemanha era um processo de burocratização da política, já que, “desde a renúncia do príncipe Bismarck, a Alemanha [estaria sendo] governada por ‘burocratas’, resultado de sua eliminação de todo talento político” (WEBER, 1974, p.33). Weber argumenta que somente um Parlamento forte e atuante poderia limitar o avanço do poder da burocracia nacionalizante e funcionar como um celeiro de recrutamento de líderes políticos com vocação. Assim, aponta para o Poder Legislativo como o lugar privilegiado para a formação de líderes políticos capazes de submeter a burocracia ao controle da política:

[...] só um parlamento ativo e não um parlamento onde apenas se pronunciam arengas pode proporcionar o terreno para o crescimento e ascensão seletiva de líderes genuínos, e não meros talentos demagógicos. Um parlamento ativo, entretanto, é um parlamento que supervisiona a administração participando continuamente do trabalho desta (WEBER, 1974, p.44).

A questão do Parlamento não é discutida apenas pelo enfoque da ausência de lideranças, é também avaliada pelo processo de democratização do sufrágio. Mais especificamente, Weber investiga o relacionamento entre parlamentarização e sufrágio democrático, mostrando que a extensão do sufrágio eleitoral acarreta o declínio dos partidos de notáveis e o surgimento dos modernos partidos de massas. Nesses partidos, os líderes políticos não são mais escolhidos entre os dignitários dos partidos, pois a crescente profissionalização da atividade política leva à burocratização da máquina partidária, criando um novo perfil de político: os políticos profissionais, homens que – pelo menos idealmente - tomam a política partidária como o cerne de sua vida (SELL, 2010). Weber distingue duas classes de políticos profissionais, aqueles que vivem materialmente “à custa” do partido, que são os funcionários assalariados, e aqueles que vivem para a política, que possuem recursos próprios e são impelidos por suas convicções⁶.

Ademais, a relação entre burocracia e democracia assume um caráter paradoxal na análise weberiana. Para Weber, “O desenvolvimento do governo democrático dependeria necessariamente dos avanços futuros da organização burocrática” (GIDDENS, 1998, p. 33). Assim, verifica que:

⁶ Políticos que vivem para a política diferem dos burocratas na forma como administram as demandas políticas, nem buscam poder por interesses pessoais ou materiais, mas a serviço de um compromisso (convicção) o qual se sentem responsáveis.

[...] a relação entre democracia e burocracia teria criado uma das mais profundas fontes de tensão na ordem social moderna. Haveria uma antinomia básica entre democracia e burocracia, porque o acúmulo de provisões legais abstratas que necessariamente teriam de implementar os próprios procedimentos democráticos implicava a criação de uma nova forma intransigente de monopólio (a expansão do funcionalismo burocrático). Enquanto a extensão dos direitos democráticos demandava o crescimento de uma centralização burocrática, o contrário não acontecia (GIDDENS, 1998, p.33).

A relação paradoxal entre a democracia e a burocracia confirma-se, pois, diante da implementação de mecanismos democráticos. Desse modo, torna-se imprescindível a criação de estruturas burocráticas, que, por sua vez, reduzem o escopo democrático e findam por gerar uma forma arbitrária de regulamentação. Isso demonstra como é estreita a relação entre democracia e a burocracia, de modo que: “[...] podemos dizer que a expansão dos direitos democráticos exige a expansão da burocracia, mas não podemos fazer a afirmação inversa.” (GIDDENS, 2005, p. 247). Isto é, a expansão da burocracia não garante maior democracia.

A ‘democracia’ reage precisamente contra o inevitável caráter estamental da burocracia. A democracia procura substituir a nomeação de funcionários pela eleição para curtos mandatos; procura substituir um processo regulamentado de disciplina pela substituição de funcionários pela eleição. Assim, a democracia procura substituir a disposição arbitrária do ‘senhor’ hierarquicamente superior pela autoridade, igualmente arbitrária, dos governados e dos chefes políticos que os dominam (WEBER, 1982d, p. 279).

Weber visualizava, como cenário, o desenvolvimento político alemão, demonstrando que o legado de Bismarck teria conduzido a uma burocracia extremamente centralizada, e, por conseguinte, gerado uma carência de lideranças políticas. Apesar de ser um grande admirador do aparato burocrático, Weber temia que o avanço da burocracia sobre a seara política pudesse resultar em lideranças políticas sem vocação, ou seja, uma “dominação burocrática incontrolada”, oportunizando, por sua vez, uma “ditadura dos funcionários” (GIDDENS, 1998).

Nesse ponto, surge uma questão decisiva da análise política de Weber, a de como lidar com o avanço da burocracia estatal de forma que esta não venha a monopolizar as esferas decisórias. Weber (1974, p. 25) adverte que os próprios partidos de massa constituem um campo fértil para a burocratização, funcionando como “máquinas burocráticas”; e que, se forem encabeçados pelo funcionalismo especializado, correm o risco de restringir cada vez mais a liberdade dos homens, resultando em um domínio dos

funcionários, em prol de leis impessoais. Tendo enxergado essa tendência do Estado moderno para uma dominação burocrática, Weber busca contrapô-la a partir de um componente carismático.

O carisma, portanto, atua como uma espécie de válvula de escape para impedir o excesso de autonomia da burocracia estatal na política. Assim, Weber entende que a burocracia *per sí* não deveria governar, dependendo de fatores “externos” a ela, ou seja, a liderança política teria que possuir atributos genuinamente carismáticos inerentes aos indivíduos líderes dos partidos.

Outra consequência da democratização recai sobre a relação entre as instâncias políticas e a sociedade. De acordo com Weber, a introdução do sufrágio universal implica a demagogia como praxe da atuação política. Nas democracias modernas, as lideranças políticas são eleitas pelo consentimento das massas, ou seja, seguem um “modo cesarista de seleção” e, nesse sentido, a democracia é essencialmente plebiscitária⁷. Nesse ponto, Weber argumenta que a extensão do sufrágio modifica a forma de seleção das lideranças, trazendo à arena política um componente irracional: a vontade das massas (SELL, 2010). Sobre isso, alerta para os riscos do ingresso das massas na atividade política:

O perigo político da democracia de massas para o Estado jaz primeiramente na possibilidade de elementos emocionais virem a predominar na política. A ‘massa’ como tal (independentemente das camadas sociais que a compõem em qualquer exemplo particular) só é capaz de pensar a curto prazo. Pois, como toda experiência mostra, ela está sempre exposta a influências diretas puramente emocionais e irracionais" (WEBER, 1974, p. 88).

Por isso, Weber considera que a democratização da sociedade deveria restringir-se ao sufrágio universal, o que, em boa medida, reforça o caráter elitista/aristocrático – procedimental – da representação⁸. Nesse cenário, Weber localiza no Parlamento o espaço destinado para a condução racional da política, capaz de neutralizar a irracionalidade emocional das massas. Somente um Parlamento investido de grandes talentos políticos seria eficaz para conter a ação da burocracia estatal na gestão do governo. Assim, Weber atribui ao Parlamento o difícil desafio de conter os impulsos desorientados das massas e,

⁷ Weber achava que a democracia plebiscitária levaria a formas carismáticas e cesaristas de lideranças depositárias da confiança das massas.

⁸ Segundo Gerth e Mills, Weber “considerava as instituições e ideias democráticas pragmaticamente: não em termos de seu ‘valor intrínseco’, mas de suas consequências para a seleção de líderes políticos eficientes” (GERTH; MILLS, 1982, p. 53).

ao mesmo tempo, salvaguardar as instituições contra a intervenção espúria da burocracia estatal na política e impedir arroubos de poder das lideranças carismáticas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise política de Weber é tributária da conjuntura política da Alemanha pós-bismarckiana, tendo como pano de fundo o tema da ausência de lideranças políticas. Partindo de uma revisão sobre os tipos puros de dominação, procuramos verificar como essas categorias analíticas se refletem na prática política alemã do seu tempo. Vejamos como estes três tipos estão presentes na sua análise: a forma de dominação tradicional se evidencia na experiência dos *Junkers* prussianos, estamento que legitima seu poder pela manutenção da propriedade fundiária; em relação à dominação racional-legal, se manifesta na preocupação de Weber com o predomínio da burocracia na vida política do país e, daí, põe em evidência a necessidade de lideranças políticas carismáticas mobilizadas para condução governamental da nação. Mais pontualmente, Weber considerava a parlamentarização da Alemanha Imperial como a única via eficiente para a formação de lideranças políticas com vocação e condição *sine qua non* para tornar a Alemanha um Estado-nação vigoroso.

Dentro desse quadro, Weber confere à democracia uma conotação essencialmente pragmática, enfatizando sua função de seleção de lideranças, isto é, seu caráter competitivo. Em função disso, é posto como um precursor do “elitismo democrático”, em que deveria predominar um padrão de recrutamento plutocrático das elites dirigentes. Ao povo, é garantido apenas o direito a voto, ficando alijado das esferas de decisão política.

Desse modo, o ceticismo manifestado por Weber em relação à democracia sobrevém da progressiva racionalização do Estado burocrático e da sociedade industrial, em curso no século XIX, visto que “o Estado, no sentido do Estado Racional, somente se deu no ocidente” (WEBER, 1999, p. 517). Dessa influência à racionalização do Estado, procede a noção de autoridade racional-legal conducente à organização burocrática. Como apontamos, Weber considerava a burocracia como um setor imprescindível para a ação política e econômica nas sociedades modernas, sobretudo, pela sua eficácia na implementação de objetivos coletivos. No entanto, há um receio por parte dele de que o crescente avanço da burocratização sobre as diversas esferas da vida social venha a governar efetivamente as instituições públicas. Por isso, defende a instituição de um



Parlamento forte, capaz de impor limites à burocracia, sendo o responsável por garantir seu controle político.

Diferentemente da burocracia, em que seus quadros são ocupados pelo funcionário mediante a comprovação de habilidades técnicas, Weber acreditava que o recrutamento para os cargos do Parlamento deveria acontecer por meio da competição (luta) entre os líderes dos partidos pelos votos dos cidadãos. Por essa via, ele desenvolve sua concepção de democracia como método para a seleção e legitimação de lideranças políticas competentes. Nessa concepção, haveria pouco espaço para a participação popular que ficaria restrita à escolha dos representantes formadores do Parlamento.

Por outro lado, o ingresso das massas na arena política não levaria a uma ameaça revolucionária; pelo contrário, para Weber, tal circunstância se apresentava como uma consequência necessária à estabilização institucional da luta política. Weber “esperava que o partido político burocratizado, com seu líder político carismático e demagógico, formasse um baluarte confiável para conter aquilo que ele descrevia como o ‘ódio desorientado das massas’ ou ‘golpismo sindicalista’” (OFFE, 1984, p. 356-367).⁹

De resto, a defesa de Weber à democratização da Alemanha deve ser situada em um contexto de crise, exacerbada após a derrota na I Guerra e o colapso da monarquia. Weber via na democracia uma oportunidade de restaurar o futuro político da Alemanha a partir do seu ingresso no rol das modernas democracias ocidentais. Por isso, advogava a favor da democracia plebiscitária como forma de unificar a nação, devido ao seu potencial para promover tanto uma arena de luta política como a legitimidade de lideranças carismáticas pelo voto de todos os cidadãos. Caso contrário, restaria a perspectiva sombria da administração política pela burocracia nacionalizante.

Por derradeiro, do conflito que emerge das suas posições políticas depreendem-se tensões que acabam estruturando seu pensamento em torno de dicotomias inconciliáveis, por exemplo, entre liberalismo e nacionalismo, carisma e burocracia, liberdade individual e rotina institucional; antinomias que, ao fim e ao cabo, articulam predicados imanentes das instituições – e da vida – ocidentais modernas.

⁹ Em outra passagem, o próprio Weber assevera que “A existência e a posição de poder formal dos parlamentos não são ameaçadas pelo sufrágio democrático” (WEBER, 1974, p. 73).

REFERÊNCIAS

- ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. Trad. Sérgio Bath. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- BARBOSA, Maria Lígia; OLIVEIRA, Márcia Gardênia; QUINTANEIRO, Tânia. **Um Toque de Clássicos: Durkheim, Marx e Weber**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral da Política: a Filosofia Política e as Lições dos Clássicos**. 11ª ed. Trad. Daniela Beccacia Versiani. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000, p. 130-155.
- COHN, Gabriel. **Crítica e resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber**. São Paulo: T. A. Queiroz LTDA, 1979.
- COHN, Gabriel. (Org). **Max Weber: sociologia**. 2ª ed. Trad. Amélia Cohn e Gabriel Cohn. São Paulo: Ática, 1982.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. v.1 - 2ª.ed. Trad. Ruy Jungmann. Rev. e apres. Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- GERTH, Hans H. & MILLS, C. Wright. 1982. "Introdução: o homem e sua obra". In: WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara.
- GIDDENS, Anthony. **Política, Sociologia e Teoria Social**. 1ª ed. Trad. Cibele Saliba Rizek. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- GIDDENS, Anthony. **Capitalismo e Moderna Teoria Social**. 6ª ed. Tra. Maria do Carmo Cary. Lisboa: Editorial Presença, 2005.
- HELD, David. **Modelos de Democracia**. Belo Horizonte: Paidéia, 1987.
- OFFE, Claus. "A democracia partidária competitiva e o Welfare State keynesiano: fatores de estabilidade e desorganização". In **Problemas estruturais do Estado capitalista**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p. 356-367.
- SELL, C. E. Max Weber: democracia parlamentar ou plebiscitária? **Revista Sociologia Política**. Curitiba, v. 18, n. 37, out. 2010, p. 137-147.
- TRAGTENBERG, Maurício. "Introdução". In: **Metodologia das Ciências Sociais**, parte 1. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, p. XII-L, 1992.
- WEBER, Max. "O Estado nacional e a política econômica". In: COHN, G. (Org). **Max Weber: Sociologia**. 2ª ed. Trad. Amélia Cohn e Gabriel Cohn. São Paulo: Ática, 1982, p. 58-78.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**; Trad. Waltensir Dutra – Revisão técnica: Fernando Henrique Cardoso. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982.

WEBER, Max. “A política como vocação”. In: **Ensaio de Sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982a. p. 97-153.

WEBER, Max. “A Sociologia da Autoridade Carismática”. In: **Ensaio de Sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982b. p. 283-291.

WEBER, Max. “O significado da disciplina”. In: **Ensaio de Sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982c. p. 292-305.

WEBER, Max. “Burocracia”. In: **Ensaio de Sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982d. p. 229-282.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1994, v.1.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1999, v.2.

WEBER, Max. Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída. In: WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia e Outros escritos**. Coleção Os Pensadores (organizado por Maurício Tragtenberg), São Paulo: Editora Abril Cultural, p. 7-91, 1974.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA

O desencantamento da política em Max Weber.

Marcus Corrêa Rodrigues

Doutorando em Ciência Política
Universidade Federal de São Carlos, PPGPol, São Carlos-SP, Brasil
marcuslcr@yahoo.com.br
 <https://orcid.org/0000-0002-8494-0264>

Reginaldo Teixeira Perez

Doutor em Ciência Política
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Departamento de Ciências Sociais, Santa Maria/RS, Brasil
rtp10@hotmail.com
 <https://orcid.org/0000-0001-5131-6433>

LICENÇA DE USO – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Em Tese** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional \(CC BY\)](#). Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando,



necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

HISTÓRICO

Recebido em: 29/05/2020

Aprovado em: 27/10/2020

